

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, posso concluir?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não, porque V. Exa. irá utilizar...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, o Regimento prevê...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não prevê. O comunicado está virando um debate paralelo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Irei fazer um comunicado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está virando debate. Quero pedir a V. Exa. que respeite o andamento da nossa sessão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Eu peço que V. Exa. respeite o direito deste parlamentar, o direito desta liderança de fazer um comunicado. Vossa Excelência está passando por cima do Regimento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não estou passando por cima do Regimento.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, trata-se de uma decisão do STF que é importante para o País. Tenha sensibilidade.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É previsto no Regimento Interno que podemos fazer comunicados. Vossa Excelência não sabe o que irei falar. Ou tem bola de cristal?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não é questão de ter bola de cristal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Então como V. Exa. impede a minha fala?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nós não iremos dar andamento na sessão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, a sessão tem diversas questões, dentre elas está a possibilidade de fazer comunicados. É uma prerrogativa parlamentar. Ou será que não é uma prerrogativa?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É uma prerrogativa desde que não atrapalhe o bom andamento da sessão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Mas quem disse que irá atrapalhar?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está atrapalhando o bom andamento da sessão, porque a cada cinco minutos está havendo debates paralelos em relação ao tema que está sendo discutido, e eu estou aqui para zelar pelo bom andamento da sessão.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma Questão de Ordem sobre o que está sendo discutido aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, infelizmente hoje é um dia triste. Vários acontecimentos de violência, de censura e de arbitrariedade estão ocorrendo no País. É por isso que este parlamentar tem direito, assim como outros também o têm.

Sr. Presidente, o STF interrompeu a sua sessão com o seguinte argumento do ministro Marco Aurélio: “espero que seja mentira o decreto baixado pelo presidente, porque também consideramos isso um Estado de exceção”. Essas são as palavras do ministro Marco Aurélio.

Para reafirmar aos deputados que defendem tal medida violenta contra a sociedade brasileira, até o Supremo Tribunal Federal a condenou, interrompendo a sua sessão. Foi perguntado a este parlamentar se havia acordo para interromper esta sessão hoje. Para nós, só há uma possibilidade de acordo, isto é, somente se for em protesto ao mal falado decreto do presidente Temer. Caso contrário, que a sessão prossiga.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, público presente, venho a esta tribuna, a exemplo dos meus colegas que me antecederam, repudiar, de forma veemente, a decisão tomada pela Secretaria Estadual de Educação, que liberou que os alunos das escolas estaduais da rede pública possam utilizar banheiros de acordo com a sua orientação sexual, ou seja, de acordo com o gênero que eles se identificam.

Não bastaram os nomes sociais que os alunos podem usar. Não bastou a absurda decisão de retirar a comemoração do Dia das Mães e do Dia dos Pais, para se comemorar o Dia de Quem Cuida de Mim. Não bastou aquilo que aconteceu numa escola do Rio de Janeiro, onde os meninos podem agora ir às escolas de saia.

No estado de São Paulo, através dessa decisão equivocada do secretário Nalini, que é uma pessoa que respeitamos, e tenho certeza de que o governador não compactua com isso, a decisão de que sua filha, de sete anos de idade, pode entrar no banheiro e, de repente, estar lá com ela um homem de 16 anos de idade. Já imaginaram o absurdo? Que incoerência! Aonde vamos chegar? O que isso pode trazer, de sucesso, para o Estado, de sucesso para a família?

Falo aqui não apenas como presidente da Frente Parlamentar Evangélica, mas também como membro da Frente Parlamentar da Família. Não posso entender qual é o outro objetivo, senão o de enfraquecer a família, de destruir a família. Talvez esse seja o objetivo de ações como essa. Lamento profundamente. Aqui no Estado temos mais de quatro milhões de alunos, e apenas 365 alunos decidiram pela mudança do seu nome social.

A questão que vemos, do Dia de Quem Cuida de Mim, também foi um fracasso. Pouquíssimas escolas aderiram. Louvo as escolas que resistiram e mantêm a comemoração do Dia das Mães e do Dia dos Pais, e respeitam aqueles que têm outros que cuidam das pessoas, mas não tiram o Dia das Mães.

Para felicidade nossa, usar saia não chegou ao nosso Estado. Mas, agora, estamos vivendo essa incoerência no nosso Estado. Quero perguntar aqui: será que uma criança, de 10 anos de idade, tem capacidade de fazer suas escolhas? Será que é isso?

Respeitar o homossexualismo é uma coisa. Nós respeitamos, amamos, abraçamos. Não temos dificuldade nenhuma com isso. Mas, incentivar, é outra, totalmente diferente, totalmente absurda.

Temos a história do professor de Geografia, que estava preparando sua aula, corrigindo provas. O filho dele, muito bagunceiro, estava ali, querendo brincar, e o professor queria continuar seu trabalho. O pai teve uma ideia, pegou um quebra-cabeça do mapa-múndi e entregou ao filho, para ele poder terminar o trabalho. Dois minutos depois, o menino voltou, com o mapa-múndi totalmente encaixado.

Ele disse: filho, você conhece Geografia, você sabe onde fica a Ásia, a América, a Europa, você tem toda essa noção? O menino virou para o pai e disse: “Pai, não sei onde fica a Ásia, a América, a Europa, mas eu vi que ali desse quebra-cabeça havia o desenho de uma família, e eu eu entendi - o filho, a mãe, o pai -, e comecei a montar a família. Na hora em que eu montei a família, virei do outro lado, e o mundo estava consertado.”

Quero deixar claro que precisamos consertar e precisamos incentivar a família. A escola é o meio para trazer conhecimento, mas a educação vem de casa.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, solicito a prorrogação da sessão por duas horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - No momento oportuno, colocarei em votação.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, para concluir meu raciocínio, eu gostaria de dizer que é lamentável a destruição das famílias.

A escola é um lugar para se obter conhecimento, pois a educação compete à família, aos pais. E querem tirar esse tipo de ação das famílias. Quero deixar muito claro que vamos agir, com todas as nossas forças, contra esse equivocade decreto e essa equivocada decisão da Secretaria de Estado da Educação. Espero que essa decisão seja revogada.

Já na época da aprovação do Plano Estadual de Educação, todos nós nos posicionamos para que aberrações como essa não acontecessem. Infelizmente isso é uma prática recorrente, mas vamos nos posicionar firmemente contra ela, com todas as nossas forças.

Sr. Presidente, nos três minutos que ainda me restam, quero reconhecer esses profissionais que têm vindo a essa Casa. Esses profissionais fazem muito pelo nosso Estado. Todos nós sabemos que a fiscalização tributária é fundamental para o desenvolvimento do estado, do país, da cidade.

Sem ela, é impossível que se arrecade, pois há fraudes, há pessoas que não contribuem. É através da arrecadação tributária séria que teremos mais escolas, educação e transporte.

Antigamente, na época do Império, eles não eram chamados de fiscais de renda, mas de cobradores de impostos, de coletores de impostos. Eles eram discriminados naquela época, porque naquele tempo todo o dinheiro arrecadado ia para a nobreza.

A Bíblia cita alguns cobradores de impostos, como Mateus - que todos conhecem e é autor de um dos quatro evangelhos bíblicos. A Bíblia também fala de Zaqueu, que vários conhecem e é citado naquela música “Desce Zaqueu”. Os dois eram coletores de impostos, e naquela época eles cobravam impostos que revertiam somente em proveito da nobreza. Nada revertia para o povo e nenhuma justiça social era feita. Por isso eles eram discriminados.

Mas hoje não. Só nessa greve branca dos fiscais de renda, 10 bilhões de reais deixaram de ser arrecadados no ano passado. Ou seja, 10 bilhões de reais a menos para as escolas, Saúde, Transporte e Educação. Enfim, 10 bilhões a menos para o nosso Estado.

Quero me somar ao grande Bloco parlamentar que temos aqui na Casa. São oito partidos, 28 parlamentares, que estão imbuídos dessa causa. Sr. Presidente, consideramos justo que aqui, no estado de São Paulo, os fiscais de renda - tão importantes quanto os médicos, os advogados e os professores - possam ser reconhecidos. (Palmas.)

Por isso mesmo, apoiamos a PEC nº 05, e esperamos que essa Proposta de Emenda Constitucional, se torne uma realidade em nosso Estado. Espero que essa PEC venha para corrigir uma grande distorção, e não continuemos mais a perder bons profissionais para outros estados. Se nosso Estado é o mais rico e pujante da Federação, é justo que sejam reconhecidos os profissionais que fazem justiça social da qual tanto precisamos. Essa justiça social que nosso povo tanto merece.

Muito obrigado, Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Coloco em votação o pedido de prorrogação da presente sessão por 2 horas e 30 minutos.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Faremos a verificação em votação e em seguida concedo a palavra ao deputado José Zico Prado.

Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”. * * *

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - Quero dizer que, quando estamos aqui nesta Casa para discutir, fazer um debate, isso é um direito, porque aqui é uma casa política. Ninguém veio para cá a fim de obedecer ordens.

Porém, V. Exa. está colocando uma ordem para nós, pela qual só podem ser feitos comunicados nos intervalos. Estou aqui há muitos anos e nunca vi isso. Considero isso uma falta de respeito a nós deputados. Nós estamos aqui para discutir, para debater. Vimos a posição do deputado Milton Vieira em relação à nossa deputada. Pediu desculpas; nós entendemos. Aqui, nós podemos fazer o debate que quisermos. Mas não podemos ser amordaçados por essa regra de que não é permitido fazer Questão de Ordem ou reclamação nos intervalos. Ou pela regra de que tem de ser uma só comunicação.

Sr. Presidente, o Regimento não permite isso. Por enquanto, esse Regimento ainda vale; não foi mudado. Quero deixar isso registrado. Estou aqui há muito tempo. Vossa Excelência tem que reconhecer que o debate talvez atrase a discussão do projeto, mas não podemos ser cerceados.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado José Zico Prado, quero deixar uma coisa muito clara: meu papel como presidente da Assembleia é garantir a ordem das coisas. Não sou contra que se façam três, quatro, cinco ou até dez comunicações. Muitas vezes, tenho sido tolerante em relação a isso quando não existe uma pauta pré-determinada. A questão é a seguinte: a tolerância, muitas vezes, exige um certo limite. Não estou aqui para cercar nenhum deputado. Tanto é que, depois que o deputado Carlos Giannazi fez sua fala, agi da mesma maneira com os deputados que se sentiram incomodados pelo que ele falou e quiseram se manifestar. Aqui, não há “lado A” ou “lado B”.

Quando digo que, em tese, deve haver apenas uma comunicação, isso é para o bom andamento dos trabalhos. Se existir realmente uma comunicação a ser feita, tudo bem. É o caso do deputado Alencar Santana Braga, que falou de uma decisão do STF. Vou permitir quantas comunicações forem necessárias para o bom andamento dos trabalhos. O que não posso permitir é que o instrumento da comunicação seja utilizado para o debate, pois ele não tem essa característica. É a única ponderação que eu faço. Essa questão de uma comunicação por orador não é regra; é apenas para garantir o bom andamento dos nossos trabalhos.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Fico preocupado com a possibilidade de isso se tornar regra.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não é regra e não vai se tornar regra.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Todos nós, aqui, temos o direito de fazer o debate. Todos nós podemos querer fazer uma comunicação quando chegamos da rua ou de qualquer evento. “Ah, já fez uma comunicação; não pode fazer mais”. Quero deixar muito clara essa questão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está muito claro. Ninguém está querendo amordçar ninguém. Isso serve para os dois lados. Não é regra a questão de apenas uma comunicação. É apenas para garantir o bom andamento dos nossos trabalhos. Serão aceitas por esta Presidência quantas comunicações forem necessárias. Mas quando o debate da comunicação começar a interferir no bom andamento da sessão, vou ser realmente rigoroso.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, verifíco que faltam apenas dois minutos para acabar a sessão. Seguramente, não vai haver tempo hábil para votar. Quero requerer a desistência do meu pedido de prorrogação dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está retirado o pedido de prorrogação dos nossos trabalhos. Assim, encerra-se o processo de votação.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. que nós pudessemos, através de um acordo de lideranças, fazer o levantamento desta sessão. Hoje, a Avenida Paulista está lotada de pessoas. Estamos com problemas lá na Cracolândia. A Guarda Civil Metropolitana não está deixando entrar comida para os moradores de lá, água para os moradores de lá. Acabei de receber uma denúncia, estou tentando falar com o comandante...

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Um minuto, deputado Campos Machado. Um minuto. Estou falando por um minuto. Vossa Excelência não interrompa minha fala, da mesma forma que não interrompo a sua.

Então, quero pedir a V. Exa., Sr. Presidente, para que pudéssemos chegar a um acordo aqui e suspender esta sessão de hoje. O presidente da República baixou um decreto para colocar o Exército, as Forças Armadas na rua.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Acabou a sessão, deputada Beth. Preciso esgotar a presente sessão. Nesses dez minutos, se houver um acordo entre os líderes, eu desconvo a próxima sessão, mas enquanto isso a mantemos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a ter início dez minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

* * *

24 DE MAIO DE 2017 21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS
Secretários: WELLINGTON MOURA e MARCO VINHOLI

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão.
2 - MARCIA LIA
Solicita verificação de presença.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que não alcance quórum para a continuidade dos trabalhos. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei nº 806, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a participação da São Paulo Previdência - SPPrev em Fundo de Investimento Imobiliário e dá outras providências. Com emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, requeiro o levantamento da sessão.

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Sr. Presidente, a liderança do Governo não concorda com o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não existindo acordo por parte da liderança do Governo a Presidência dá prosseguimento à sessão.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, solicito, regimentalmente, uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Marco Vinholi e Wellington Moura para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. MARCOS ZERBINI - PSDB - Sr. Presidente, é impossível ouvir o nome dos deputados da forma como está sendo feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência pede ao deputado Wellington Moura para que, por favor, faça a chamada com serenidade.

* * *

- É feita a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência constata a presença de 20 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, número insuficiente para continuar os nossos trabalhos.

Esta Presidência, nos termos do Art. 106, inciso III do Regimento Interno, declara levantada a presente sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 19 minutos.

* * *

25 DE MAIO DE 2017 72ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, DOUTOR ULYSSES
e LUIZ CARLOS GONDIM
Secretário: DOUTOR ULYSSES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia o cancelamento de sessão solene prevista para 2/6, às 20 horas, para "Comemorar os 115 anos da Fecap", a pedido do deputado Orlando Bolçone.

2 - CORONEL CAMILO
Parabeniza o prefeito João Doria pela ação de combate às drogas, no centro da Capital. Defende a internação compulsória de dependentes químicos. Dá conhecimento da formatura de 2.477 policiais militares, nesta data.

3 - WELSON GASPARINI
Discorre sobre a crise que assola o Brasil. Lembra declaração da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmem Lúcia, que afirmou que o número de homicídios no país é semelhante ao de nações que estão em guerra. Lamenta os 14 milhões de desempregados. Repudia estatística que apontou que 34 milhões de brasileiros não têm água tratada, enquanto outros cinquenta por cento da população continuam sem acesso à rede de esgoto.

4 - CARLOS GIANNAZI
Avalia como histórico o dia de ontem, em Brasília, momento em que, adita, cerca de 150 mil pessoas participaram de ato contra as reformas do governo federal. Tece críticas à gestão de Michel Temer que, segundo o parlamentar, não tem mais sustentação. Indigna-se com articulação do Congresso Nacional em favor de eleições indiretas. Considera um retrocesso a instituição de estado de sítio, ontem, em Brasília, semelhante, a seu ver, ao que fizeram os militares durante a Ditadura.

5 - DOUTOR ULYSSES
Assume a Presidência.

6 - JOOJI HATO

Sai em defesa do Governo Temer. Elenca o que considerou avanços da gestão, como a geração de empregos e a redução da inflação. Combate manifestação popular, ontem, em Brasília. Tece críticas aos empresários da JBS. Fala sobre a necessidade de se corrigir as distorções sociais. Lamenta decisões tomadas pelos governos petistas, como empréstimos concedidos à JBS. Pede pelo fim da corrupção.

7 - LUIZ CARLOS GONDIM

Comenta seu posicionamento crítico com relação à prática da medicina curativa em detrimento à preventiva. Discorda da truculência com que foram tratados os dependentes químicos durante ação na Cracolândia. Repudia a conduta adotada, de combate ao tráfico. Defende a prevenção das drogas, ainda na infância. Discorre sobre problemas na área da Saúde. Anuncia a visita de Sandoval Fernandes, Dr. José Roberto Galvão, Lilian Galvão e Loide Mattos, grupo que atua junto às clínicas médicas populares na região de Sorocaba, a quem saúda.

8 - CARLOS GIANNAZI

Defende o debate, nas escolas, sobre a diversidade de gênero. Lê documento e discursa sobre o direito do indivíduo de usar banheiros escolares, de acordo com a identidade de gênero. Reitera críticas ao governo federal.

9 - CARLOS GIANNAZI

Solicita a suspensão da sessão até as 15 horas e 40 minutos, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h22min.

11 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência e reabre a sessão às 15h31min.

12 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE LUIZ CARLOS GONDIM

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 26/5, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Doutor Ulysses para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - DOUTOR ULYSSES - PV - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cássio Navarro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Júnior Aprillanti. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Morais. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massaferra. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiat. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gilmar Gimenes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damásio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.